

Partidos políticos, representação e estrutura organizacional partidária: um debate conceitual

Jessica Silva Facio¹

Angela Quintanilha Gomes²

Resumo: O presente artigo busca fazer uma discussão teórica sobre o surgimento dos partidos políticos, sua utilidade como principais meios de representação democrática, além de ressaltar sua organização com base em fatores internos a partir das concepções de alguns autores como Giovanni Sartori, Maurice Duverger e Robert Michels. Para tanto, resgata a emergência e a necessidade de métodos representativos que suprissem as demandas da sociedade pelo pensamento de Hannah Pitkin e Bernard Manin. Somando a isso, esta argumentação traz à tona o processo ideológico, isto é, de identidade partidária, bem como a identificação pessoal por parte do eleitorado através da figura do candidato. Estas questões possibilitam a visualização de duas abordagens que tratam os partidos políticos como instituições dotadas de fragilidade institucional, ou então, de atributos que os tornam em um meio representativo forte. Nesse sentido, disponibiliza um breve histórico dos partidos no Brasil que mostra suas especificidades em “solo verde e amarelo”.

Palavras-Chave: Partidos Políticos; Representação; Organização Partidária.

Political parties, representation and party-based organizational structure: a conceptual debate

Abstract: The present article seeks to make a theoretical discussion about the emergence of political parties, their usefulness as main means of democratic representation, and to emphasize their organization based on internal factors from the conception of some authors, such as: Giovanni Sartori, Robert Michels, and Maurice Duverger. To do so, it rescues the emergence and the need for representative methods that meet the demands of society by the thought of Hannah Pitkin and Bernard Manin. In addition, this argument brings to light the ideological process, that is, party identity, as well as personal identification by the electorate through the figure of the candidate. These issues make it possible to visualize two approaches that treat political parties as fragile institutions, or attributes that make them into a strong representative means. In this sense, it provides a brief history of the political parties in Brazil that shows their specificities in “green and yellow soil”.

Keywords: Political Parties; Representation; Party Organization.

Introdução

Os partidos políticos são considerados essenciais no Brasil, pois a partir da redemocratização

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa e Cientista Política pela mesma instituição.

2 Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - São Borja. Doutorado (2011) em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Mestrado Profissional (2017/04).

houve um reordenamento do sistema partidário. Apesar de recente a democracia brasileira fez com que a sociedade obtivesse novamente meios capazes de representá-la. A representação torna o partido uma opção na competição eleitoral e reproduz no sistema político a participação da população na arena decisória. Nesse sentido, as pessoas se unem através de um ideal e formam uma organização partidária.

No Brasil, há muito tempo são utilizadas duas abordagens relativas aos partidos políticos. A primeira classifica os partidos brasileiros como instituições frágeis, enquanto a segunda considera-os como estruturas organizativas fortes. Desta forma, para entender o que se aplica ao nível do poder local, é importante contextualizar brevemente as particularidades e situações pelas quais os partidos políticos do Brasil passaram desde o período de redemocratização iniciado em 1945 até a situação em que se encontram a partir da CF/88.

Seguindo por esta premissa, a pesquisa foi elaborada a partir da metodologia qualitativa por levantamento bibliográfico a partir do método descritivo. Para tanto, o trabalho está dividido em três momentos. Acerca da temática dos partidos políticos, o artigo se apoia nos pensamentos de Giovanni Sartori (1982), Hannah Pitkin (1983), Robert Michels (1970), Ângelo Panebianco (2005), Maurice Duverger (1987) e Otto Kirchheimer (2012). E ainda apresenta aspectos concernentes à organização partidária em nosso país, que consideram as instituições partidárias fragilizadas ou portadoras de uma perspectiva forte, como dizem Scott Mainwaring (2001) e Rachel Meneguello (1998), respectivamente. Observa-se um breve histórico das singularidades dos partidos políticos no Brasil desde o processo de redemocratização de 1945 até a Constituição Federal de 1988 (CF/88) com base na literatura de Maria D'Alva Kinzo, dentre outros autores.

O partido político como uma organização representativa

A definição de partido político é motivo de considerações teóricas de vários autores. Giovanni Sartori relata que a palavra “partido” começou a ser utilizada para distinguir estes grupos das facções. As facções eram vistas como responsáveis a transtornos que afetavam a ordem pública, como ações que traziam danos à sociedade. Já o partido sempre foi aprovado positivamente com relação à facção. Porém, o processo que transformou os partidos mais aceitos que as facções demorou um longo tempo para ser concretizado. Sartori também ressalta o argumento de Edmund Burke sobre os partidos políticos. Segundo Burke, os indivíduos que possuem interesses comuns necessitam encontrar meios que os levem aos fins de seus objetivos. Nesse sentido, os partidos já não poderiam ser associados às facções, pois estes não possuíam a função de realizar desejos pessoais (BURKE 1770 apud SARTORI, 1982). Ou seja, “Quando Burke quer dizer facção, ele diz facção; quando quer dizer partido, diz partido” (SARTORI, 1982, p. 29).

Cabe ressaltar um argumento destacado por Sartori relacionado ao pensamento proposto por Joseph Schumpeter. Segundo ele, o partido segue pelo caminho que lhe concederá o poder político. Seus componentes disputarão em grupo através de uma competição e não se basearão em princípios comuns aos cidadãos (SCHUMPETER 1942 apud SARTORI, 1982). Nesse sentido, percebe-se que partidos e suas formas de atuação são vistas de maneiras distintas, assim como muitas outras questões relativas a eles.

Os partidos políticos surgem inicialmente a partir da dificuldade dos cidadãos em encontrarem meios de representação que refletissem os interesses de diferentes partes da sociedade na arena pública. Eles nascem como instituições dispostas a atender estas divergências, pois um único partido não teria condições de transmitir os desejos das pessoas como um todo. Ao longo do tempo, os partidos políticos foram ganhando visibilidade, sendo devidamente aceitos e legitimados como instituições de extrema importância a um regime democrático. Desta forma, a diversidade de grupos e a pluralidade de pensamentos tiveram

maior aceitação das pessoas, sendo necessária a criação de vários partidos que passassem a representar as diferentes formas de ver, pensar e desejar o melhor para a sociedade (SARTORI, 1982).

Certamente é importante ressaltar que as concepções de partido político, bem como suas formas de representatividade foram se modificando através dos anos. Porém, é interessante destacar a questão da sociedade plural, pois se há vários partidos políticos com posições ideológicas distintas, há também grupos diferentes que desejam ter seus interesses representados (SARTORI, 1982). Segundo Hannah Pitkin (1983), inicialmente a representação não era considerada importante e apenas existia como uma forma de tornar presente aquele que não poderia estar em determinado lugar. O significado de representação e os locais que fariam dela um dos principais meios de participação política nasceram somente na Idade Média. Com isso, a representatividade passou a denominar uma espécie de líder que teria condições de se posicionar em nome de um conjunto de pessoas. Porém, foi só no século XIX que a representação se modernizou. A ideia de ser representado fez com que muitos se prontificassem a traduzir a voz de uma comunidade, ou seja,

[...] o representante age um favor de outros, em seu lugar, em seu nome, por seu benefício, no seu interesse, de acordo com os desejos, as reivindicações ou a vontade dos representados, buscando atender seu bem-estar, suas necessidades, de modo a agradá-los ou satisfazê-los, fazendo aquilo que os próprios representados teriam feito por si mesmos (PITKIN, 1983, p. 19).

A representação surgiu com a intenção de fazer com que a sociedade, como um todo, tivesse voz e participasse do mundo político. Para Bernard Manin (1995), ao se institucionalizar o método representativo passou a ter os partidos políticos como os principais meios de representação, tendo inicialmente os laços criados entre representantes e cidadãos, sólidos e confiáveis. Porém, com o passar do tempo essa ideia foi se modificando e atualmente a maioria das pessoas não possui identificação com nenhum partido político. O voto tem se tornado cada vez mais inspirado na figura do candidato do que na posição ideológica de um partido.

Além das mudanças ocorridas no posicionamento da população nas eleições, houve o aumento do direito ao voto, como também da importância dos partidos políticos. Inicialmente, tais partidos não possuíam organização, mas eram essenciais para que existisse a representatividade e um governo democrático. Desta forma, com o tempo “[...] os programas políticos passaram a ser um dos principais instrumentos da competição eleitoral” (MANIN, 1995, p. 6). O surgimento destes programas além de outros fatores mostrou a necessidade de os partidos se organizarem. Pois desta forma, “A existência de partidos organizados aproximava os representantes dos representados. Os candidatos passaram a ser escolhidos pela organização partidária” (MANIN, 1995, p. 6).

Para que uma democracia seja eficiente é de extrema importância que haja partidos políticos. Porém, para que tais partidos atuem como devidos canais de representação, estes devem ao menos possuir um patamar mínimo de organização (SARTORI, 1982). Desta forma, “[...] a organização surge como o único meio de criar a vontade coletiva” (MICHELS, 1970, p. 7). Por isso, há preocupação com a estrutura organizativa dos partidos para que seja possível o entendimento dos caminhos que envolvem a competição eleitoral.

No momento em que nasce um partido político é necessário colocá-lo em ordem. Isto é, um partido será uma das formas de representação utilizadas pela sociedade. Sendo assim, “O princípio de organização deve ser considerado como a condição absoluta da luta política conduzida pelas massas” (MICHELS, 1970, p. 8). O partido designa a alguns a tarefa de representar os desejos da população e a organização emerge para tornar iguais os cidadãos que fazem parte dela. Conforme Michels “Uma organização forte exige, por razões tanto de técnica administrativa quanto de tática, uma direção igualmente forte” (1970, p. 17).

Os partidos políticos devem possuir em sua estrutura organizativa um número significativo de pessoas que trabalhem à sua disposição. Estes irão se dedicar a ajudar na representatividade do próprio partido. Porém, é preciso ressaltar que a quantidade de indivíduos que se importam por questões relativas à sociedade é muito pequena (MICHELS, 1970). Por isso,

Não é exagero afirmar que entre os cidadãos dotados de direitos políticos, o número dos que realmente se interessam pelos assuntos públicos é insignificante. Na maioria dos indivíduos, é muito pouco desenvolvida a consciência das íntimas relações existentes entre o bem individual e o bem coletivo. A maior parte deles não tem a menor suspeita das influências e das reações que os assuntos desse organismo a que chamamos Estado podem exercer nos seus interesses particulares, na sua prosperidade e na sua vida (MICHELS, 1970, p. 27).

Essa falta de interesse acaba levando a organização a um fator: as decisões são tomadas por poucos. Os membros por mais que sejam poucos, podem tornar-se dirigentes do partido, pois, “Todos os meios são válidos para conquistar o poder” (MICHELS, 1970, p. 100). E, uma vez este conquistado, o desafio do eleito é a manutenção do poder adquirido. Ao mesmo tempo em que o indivíduo passa a dirigir o partido de forma oligárquica, continua a exercer a democracia, pois uma coisa não contrapõe a outra (MICHELS, 1970). Nesse sentido Michels afirma, “Toda organização partidária representa uma poderosa oligarquia que repousa sobre uma base democrática. Encontram-se em toda parte eleitores e eleitos. Mas encontra-se também um poder quase ilimitado dos eleitos sobre as massas que os elegem” (1970, p. 247).

Além da tese de Michels (1970), há outras concepções que retratam as organizações partidárias. Nenhuma estrutura é igual. A base organizativa dos partidos políticos são diferentes umas das outras. Porém, ao falar dos partidos em geral, todos buscam ganhar a competição eleitoral e chegar ao governo. Há vários objetivos a serem conquistados tanto pelo partido, quanto pelo próprio dirigente, mas o principal objetivo a ser alcançado é o poder político. Portanto,

[...] numa organização consolidada, as atividades voltadas para assegurar a sua sobrevivência são geralmente preponderantes em relação às atividades vinculadas à busca da realização dos objetivos, de cuja obtenção surge a organização. Do mesmo modo, os diferentes agentes organizativos tentam alcançar uma pluralidade de objetivos frequentemente opostos entre si. E restam poucas dúvidas de que o equilíbrio organizativo depende do modo pelo qual os líderes fazem a mediação entre as demandas específicas (PANEBIANCO, 2005, p. 15-16).

Os partidos também são guiados pelas ideologias, pois são elas que definem a identidade da organização. É a partir do ideal partidário que os cidadãos criam laços com o partido e para que isso aconteça, os líderes tem a responsabilidade de colocar em prática algumas estratégias como a de incentivar seus colegas e a população. Além disso, os dirigentes também tem a tarefa de manter o partido político estável (PANEBIANCO, 2005). Sendo assim, “[...] a permanência no tempo de certa ordem organizativa depende do sucesso do acordo entre o objetivo de estabilidade dos líderes e os outros inúmeros objetivos que podem ser alcançados no interior da organização” (PANEBIANCO, 2005, p. 87).

Toda organização possui uma estrutura, uma base que a sustente e num partido político não é diferente. Porém, cada partido tem suas especificidades, sua personalidade, o que significa que a questão estrutural se modifica de acordo com cada um. Há a necessidade de uma organização e de uma estrutura que sejam capazes de assegurar o bom funcionamento do partido durante a competição eleitoral (DUVERGER, 1987).

Segundo Duverger (1987), os partidos políticos possuem tipologias que diferem a partir de sua estrutura. O primeiro tipo é denominado partido de quadros. Os princípios e características desse modelo nasceram no início do século XIX. Nesse caso, o partido de quadros busca somar em sua base pessoas

que são consideradas notáveis e capazes de levar o partido a vitória eleitoral. Desta forma, está conectado com as classes dominantes, isto é, com as elites sociais que auxiliam em campanhas eleitorais. “Aqui, a qualidade importante mais que tudo: amplitude do prestígio, habilidade da técnica, importância da fortuna” (DUVERGER, 1987, p. 100). O segundo tipo destacado pelo autor é o partido de massas. Tal modelo surgiu no final do mesmo século e possui maior aceitação e afinidade por parte da população. Desse modo, conta com pessoas altamente interessadas em participar da política e que contribuem com as ações do partido, ou seja, está diretamente ligado com as classes populares. Sendo assim, “O que os partidos de massas obtém pelo número, os partidos de quadros obtém pela escolha” (DUVERGER, 1987, p. 100).

Com o passar do tempo alguns autores contestaram a versão descrita sobre os partidos de massas. Otto Kirchheimer (2012) procura explicar tais mudanças a partir do tipo de partido *catch all* após o período em que ocorreu a II Guerra Mundial. De acordo com ele, esse novo modelo possui pouca influência ideológica. Procura acumular o maior número de eleitores sem obter preocupações com as divisões classistas impostas pela sociedade. Desse modo, “A conversão para o tipo de partido *catch all* é um fenômeno associado à competição. Um partido está sempre apto a se acomodar aos estilos bem-sucedidos de seus competidores, por esperar os mesmos benefícios ou ter medo de perdas no dia da eleição” (KIRCHHEIMER, 2012, p. 368, grifo do autor). A questão proposta pelo tipo de partido *catch all* está relacionada a alcançar o poder político, ou seja, ganhar a competição eleitoral com mais facilidade a partir do apoio de vários perfis do eleitorado.

Os partidos políticos se remodelam ao longo dos anos. Suas estruturas organizativas não permanecem as mesmas, assim como suas formas de representatividade e de reunião de novos membros. As organizações partidárias crescem ao buscar adicionar mais eleitores aos seus partidos. Nesse sentido, as transformações ocorridas nos partidos políticos fazem com que não somente o interior da organização se modifique. Mas também outras questões que dão vida ao jogo político e que necessitam se adequar às novas mudanças. Desta forma, os partidos buscam mais a competição, causando assim um nível elevado de atividade na política. A aceitação à mudança e a flexibilidade em obter novos eleitores faz com que os partidos políticos sejam considerados organizações que caminham de mãos dadas com a modernidade (DAHL, 1997). De acordo com Duverger,

Em princípio, a eleição reina em todos os escalões; na prática, manifestam-se tendências oligárquicas poderosas. A doutrina desempenha papel muito mais importante no âmbito do partido: em lugar de agremiações pessoais, as rivalidades assumem ali o aspecto de uma luta de tendências. O partido, aliás, espalha-se além do domínio puramente político para invadir o terreno econômico, social, familiar etc (1987, p. 36).

Quando o partido passa a fazer parte da vida das pessoas, acontece uma identificação partidária concebida por elas. E no momento em que elas aceitam participar de tal organização deixam de ser apenas simpatizantes para tornarem-se membros. Para Duverger, a noção de membro de um partido político possui concepções distintas. Seu significado não é o mesmo, mudando de um partido para o outro. No entanto, é a partir da participação do eleitor nas atividades do partido, que a ligação entre eles cresce e se fortalece. Desta forma, surgem relações solidárias que ganham ainda mais força com o passar do tempo. É importante ressaltar que são os membros que formam o partido e, portanto, são eles que fazem os ideais partidários virarem ações (DUVERGER, 1987).

Uma das principais missões de um partido é fazer com que mais pessoas se identifiquem com ele e a partir daí recrutarem outros membros (MICHELS, 1970). Quanto maior o número de adeptos, mais diversa será a composição do partido. Como a sociedade é feita da pluralidade de pensamentos, maior ainda a necessidade de formar grupos que representem essa diversidade. Para que haja essa representação é preciso que esses grupos participem da competição eleitoral que se formaliza através de um sistema

(SARTORI, 1982). Nesse sentido Sartori diz que:

os partidos só constituem um “sistema” quando são partes (no plural); e um sistema partidário é precisamente o sistema de interações resultante da competição interpartidária. Isto é, o sistema em questão apoia-se na relação que os partidos mantêm entre si, na maneira pela qual cada partido é uma função (no sentido matemático) dos outros partidos e a eles reage competitivamente ou não (1982, p. 65).

Para chegar ao poder político é necessário colocar-se à disposição para competir. A competição estabelece as regras do jogo e controla o que acontece em cada “partida”. Ela se apoia em fatores internos (estrutura, organização e o grau de competitividade do partido) e também externos (relação com os demais partidos, apoios e coligações, ou seja, a conjuntura eleitoral apresentada no momento da concorrência). De acordo com o desempenho eleitoral de cada partido na competição, percebe-se o nível de competitividade de cada grupo. Esta será calculada a partir do efeito causado pelo competidor na disputa eleitoral, ou seja, o desempenho é essencial para identificar a posição competitiva de um partido político (SARTORI, 1982). Desse modo, “Uma luta eleitoral feroz demonstra, sem dúvida, que as regras da competição estão em pleno funcionamento, mas só os resultados eleitorais demonstram as proporções em que um determinado sistema é competitivo [...]” (SARTORI, 1982, p. 246).

Uma eleição envolve uma série de coisas. Cada partido trabalha em cima de seus atributos com a finalidade de ganhar a competição. Desta forma, é importante ressaltar seus aspectos positivos e, intencionalmente, alcançar o poder político. Pois, “Um ambiente onde estão presentes competidores é um ambiente “complexo” e, portanto, imprevisível” (PANEBIANCO, 2005, p. 428, grifo do autor). Tudo pode acontecer durante uma competição eleitoral, por isso é necessário estar preparado para enfrentar a concorrência de diferentes objetivos e ideologias.

Para entender todas as questões que contornam um pleito eleitoral, os sistemas, bem como as formas de representação e competitividade dos partidos políticos, é de extrema importância que haja preocupação com suas organizações. A estrutura de um partido político faz parte de suas características e auxilia na construção da identidade do grupo. Seguindo essa premissa, é relevante destacar a questão partidária brasileira e suas especificidades. A finalidade está em entender o que faz do Brasil um país detentor de uma fragilidade partidária elevada como descreve Mainwaring (2001), ou identificar o porquê outros autores como Meneguello (1998) entendem que os partidos brasileiros não são tão fracos assim.

Abordagens da questão partidária no Brasil

A história política brasileira está associada há vários períodos com diferentes sistemas de partidos. Durante muito tempo e até os dias de hoje é possível ver certa identificação pessoal por parte do eleitorado, do que um reconhecimento entre cidadãos e partidos políticos, ou seja, “O cenário resultante é altamente competitivo, mas trata-se de uma competição personalizada [...]” (MELO, 2007, p. 275). Uma conexão entre população e partidos não é considerada uma tarefa fácil. Nesse sentido, o Brasil não está perto de conseguir um quadro partidário estável, pois atualmente conta com alto nível de dispersão das forças partidárias. O sistema vigente hoje no país está muito fragmentado, o que dificulta ainda mais uma possível aproximação entre eleitores e eleitos (MELO, 2007).

Apesar de serem considerados os principais meios de representação democrática os partidos políticos brasileiros possuem uma estrutura partidária altamente frágil quando comparada a outros países. Vários fatores vêm influenciando esta questão principalmente no que se refere ao papel do Estado, ao aumento da desconfiança dos eleitores nos partidos, ao individualismo dos candidatos, bem como a falta de identificação e da lealdade partidária por parte dos cidadãos. Porém, é necessário ressaltar que a

existência dos partidos políticos é de extrema importância para o Brasil e para que um regime democrático funcione. Embora o conceito de partido político esteja atrelado à tarefa de representar interesses comuns, há no interior dos mesmos algumas divergências, isto é, indivíduos que possuem suas próprias preferências (MAINWARING, 2001).

Há vários argumentos que identificam a trajetória dos partidos políticos como declinante, pois sua organização e formas de representatividade têm sido substituídas por questões individuais. Sendo assim, os laços entre partidos e cidadãos são deixados de lado, mantendo uma identificação pessoal entre o candidato e o eleitorado. Isto evidencia que as organizações partidárias podem ser encontradas de formas diferentes, assim como seu desenvolvimento (MENEGUELLO, 1998). Portanto, segundo essa perspectiva, no Brasil os partidos políticos são portadores de uma fragilidade institucional, pois,

são produtos debilitados de condições políticas globais, estabelecidos num quadro de limitada capacidade de autonomia dos atores sociais e que carecem de condições básicas de organização e funcionamento para se estruturarem como legítimas organizações representativas (MENEGUELLO, 1998, p. 28).

Além de muitas pesquisas identificarem os partidos políticos brasileiros como instituições fragilizadas, há também definições mais recentes que dizem que eles não são tão fracos como afirmado anteriormente. Em uma nova perspectiva de Meneguello (1988) percebe-se que os partidos políticos passam por um “círculo virtuoso” onde conseguem se desenvolver, trazendo força às suas organizações. Partindo desta premissa, “[...] os partidos exercem papel central na organização e funcionamento do poder executivo” (MENEGUELLO, 1998, p. 165).

O fato de o Brasil possuir um histórico de partidos políticos frágeis relaciona-se a dificuldade do país em ter em suas raízes culturais a política apoiada em tais mecanismos. A modificação dos sistemas e a fraca organização partidária contribuíram para a debilidade dos partidos políticos brasileiros (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986). Conforme Mainwaring (2001), a fragilidade dos partidos tem se manifestado na falta de organização e também de uma base estrutural sólida. Comparado a outros países o Brasil está atrasado na questão partidária forte.

Nesse sentido, é necessário entender as causas da debilidade partidária, suas consequências, a fim de identificar alguma forma de corrigi-la. Pois, “[...] partidos fortes e bem enraizados na sociedade são indispensáveis à consolidação democrática” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 9). Desse modo, cabe analisar os dois casos abordados relativamente à questão partidária no Brasil, perceber as duas visões que tem posições distintas, uma vez que “Interpretações sobre a consistência dos partidos políticos brasileiros parecem obedecer a um padrão cíclico, enfatizando evidências ora de fragilidade, ora de consolidação das organizações partidárias nacionais” (SANTOS, 2001, p. 69).

Singularidades dos partidos brasileiros

A trajetória dos partidos políticos no Brasil percorreu um longo caminho até a situação atual. Houve muitas transformações em épocas distintas que agora contribuem para a compreensão histórica da questão partidária no país. De acordo com Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello (1986), o Brasil enfrentou dificuldades institucionais desde o processo de redemocratização iniciado em 1945. A nova democracia brasileira buscou se afirmar após o período ditatorial imposto pelo Estado Novo. Desse modo, “[...] a defesa do partido político enquanto instituição, ou melhor, de um sistema competitivo de partidos, ficava fundamentalmente a cargo das próprias oligarquias de notáveis que comandavam essas organizações [...]” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 42). Nesse sentido, isso está diretamente ligado ao contato da sociedade com a privatização do poder ao invés de bases institucionais públicas, o que de certa forma

acarretou a pouca identificação partidária por parte dos cidadãos com relação aos partidos em exercício na época mencionada (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986).

A partir desse período os autores consideram que os partidos brasileiros alcançaram certo nível de estabilização. Porém, percebe-se que isto ocorre até os anos de 1960 onde apesar de alcançar alto grau de relevância, os canais de representação e os partidos políticos transmitiram para a sociedade uma relação de rivalidade agressiva. Em 1964 as práticas da democracia e da representação caminharam em direção à ruína por conta do golpe militar. No entanto, o novo governo manteve no início o pluripartidarismo já existente (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986). Pois,

A decisão de extinguir aquele sistema e a passagem ao bipartidarismo devem ser compreendidas em função das tensões que se foram manifestando entre as velhas lideranças civis e a cúpula militar-tecnocrática do novo regime; e também das pressões que constantemente se renovavam entre os oficiais de menor patente no sentido de impedir um retorno prematuro à “normalidade”, por eles percebida como uma virtual devolução do poder às esquerdas, ao populismo e a políticos corruptos (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 63-64).

A questão central que envolveu a implantação do sistema bipartidário surgiu a partir da necessidade de reparar os costumes deixados pelo antigo governo. Isto é, o objetivo da criação de apenas dois partidos era reunir apoio ordenado à chefia do Estado a partir da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e concentrar uma oposição consentida em outro partido mais “enfraquecido” perante o governo, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O sistema pluripartidário vigente anteriormente foi excluído oficialmente em 1965, onde entrava em vigor o cenário eleitoral com dois partidos a partir do Ato Institucional 2 (AI-2) e do Ato Complementar 4 (AC-4). Várias questões influenciaram para que a situação chegasse a esse ponto. Sendo assim, o governo investiu em atitudes mais rebeldes por conta das crises, ou seja, tornou-se muito mais sufocante com a exclusão dos partidos políticos do antigo sistema. As intenções propostas pelo bipartidarismo foram estabelecidas a partir da importância em mostrar um governo com face democrática, isto é, as instituições e os traços de democracia que haviam restado foram “mantidos” apenas na aparência (KINZO, 1988).

O regime militar autoritário instaurado em 1964 continuou a colocar em prática seus limites por um longo tempo na vida política brasileira. Portanto, é de extrema importância ressaltar a atuação do Ato Institucional 5 (AI-5) de 1968 que deu prosseguimento as restrições de acordo com ações um tanto mais radicais do que já havia se manifestado anteriormente (KINZO, 1988). Sua finalidade se constituía em “[...] servir como base doutrinária e como instrumento punitivo potencial a ser utilizado a qualquer momento e contra quem quer que fosse considerado uma ameaça à Revolução e à ordem por ela estabelecida” (KINZO, 1988, p. 120). Após a introdução de tal sistema, o Brasil demorou alguns anos até voltar a ser um país multipartidário, o que foi encarado como uma forma de reestruturação dos partidos políticos brasileiros (KINZO, 1988).

Em 1978, foi determinada uma Emenda Constitucional que ditava as regras para o surgimento de novas organizações partidárias. Segundo esta proposta, passou a ser exigido no início das abreviaturas de tais organizações o uso do termo “partido” (KINZO, 1988). A reforma política partidária veio em 1979 junto com a extinção do AI-5 e da criação da Lei de Anistia que permitiu a volta dos políticos que cometeram crimes e foram deportados do Brasil (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986). A abertura política também pode ser vista como uma tentativa de diluir a oposição, isto é, o enfraquecimento do MDB a partir de sua dispersão em outros partidos. Tanto a ARENA, quanto o MDB não foram extintos definitivamente. O primeiro passou a ser denominado PDS (Partido Democrático Social) e o segundo apenas inseriu o “partido” em sua sigla, PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) (KINZO, 1988).

As eleições de abertura ocorreram no início da década de 1980 onde os estados puderam eleger seus governadores diretamente e o sistema bipartidário foi desfeito. Desta forma, a questão eleitoral estava distribuída em mais quatro partidos: o PP (Partido Popular); o PT (Partido dos Trabalhadores); o PDT (Partido Democrático Trabalhista); e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Nesse caso, os vários sistemas de partidos colocados em prática no Brasil foram considerados experimentos frustrados dos militares que tinham a finalidade de consolidar um regime autoritário no país (KINZO, 1988).

Ainda de acordo com Kinzo (1988), no ano de 1984 a população resolveu se organizar contra as imposições da eleição presidencial colocada pelo colégio eleitoral. O famoso movimento denominado “Diretas Já” nasceu nesse momento, pois após enfrentar vinte e um anos de autoritarismo militar um novo tempo da democracia começou a ser instaurado em 1985. Apesar das várias tentativas de desqualificar a oposição por parte dos militares, como por exemplo, proibir laços políticos e obrigar candidaturas em todos os escalões por conta do voto vinculado, o presidente escolhido foi do lado oposto. O fato mencionado consumou o fim do autoritarismo vigente no Brasil (KINZO, 1988).

As eleições passaram a possuir maior relevância para a representatividade, apesar de a “Nova República” ter suportado nessa época um período de crises tanto políticas, quanto econômicas. O cenário político estava dividido o que facilitava a mudança de voto por parte dos cidadãos e dificultava uma aproximação entre representantes e representados (KINZO, 2004).

Durante todo esse tempo, desde o processo de redemocratização o Brasil passou por diversas transformações significativas. Após conviver com diferentes sistemas de partidos, regime militar e até o impeachment de um presidente³ em um curto espaço de tempo, pode-se notar que houve um considerável avanço na participação política. A representação passou a contar com as classes populares e não somente com opções de voto elitistas. Por mais que ainda haja predominância das classes dominantes foi através desse novo experimento democrático que as massas emergiram para conquistar seu espaço na política brasileira (RODRIGUES, 2009).

Em 1988, com a nova Carta Constitucional foi permitida a criação de outros partidos políticos. O cenário aumentou ainda mais, com a permissão de novos direitos tanto para os partidos quanto para os cidadãos. Popularmente chamada de “Constituição Cidadã”, contribuiu para que a sociedade brasileira voltasse a enxergar a democracia como parte do cotidiano e que as leis estariam ali para dar suporte para a um novo recomeço democrático (FLEISCHER, 1997).

Anteriormente ao ano de 1995 os partidos políticos brasileiros possuíam suas estruturas internas submetidas à Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) de 1971, que fazia com que todos os partidos tivessem uma organização o mais semelhante possível. As transformações ocorridas na legislação aconteceram somente a partir de 1979 com o processo de abertura política. A LOPP deixou de vigorar em 1995 onde os partidos conquistaram o direito de uma organização autônoma. Nesse mesmo ano foi promulgada a Lei 9.096 de dezenove de setembro de 1995, com a intenção de assegurar as prerrogativas na defesa dos partidos com base organizacional própria (LEI n. 5.682/1971 – LEI n. 9.096/1995 apud RIBEIRO, 2013). Para tanto, é extremamente relevante para a Ciência Política quanto para a sociedade, esclarecer questões sobre a existência e o funcionamento dos partidos políticos, bem como dos diferentes sistemas e legislações que mostram que a história relativa a estes meios de representação os modificam ao longo do tempo.

3 Em 1992, Fernando Collor de Mello sofreu o processo de impedimento ao exercício de suas atividades como Presidente da República.

Considerações Finais

Ao explicar diversos fatores com relação à temática, é imprescindível destacar alguns pontos mencionados no decorrer do texto. Os partidos políticos surgem com conceitos e estruturas diversas. Pela ótica de vários autores podem ser considerados como meios de alcançar objetivos, de representação para grupos distintos da sociedade, como instituições essenciais para a democracia, bem como pela busca do poder político. Diante disso, é possível crer que este último quesito é o que faz mais sentido atualmente, aliado a incessantes “conquistas” de poder econômico. Desta forma, identifica-se com certeza que eles se modificam com o passar dos anos.

O processo de torná-los como principais canais de representatividade não se concretizou de imediato. Sua relevância veio depois com a escolha de líderes que se colocariam em nome de uma comunidade. A função inicial de um partido politicamente organizado estrutura-se em uma relação forte entre representantes e representados. Era exigida uma organização mínima que tornava esse laço cada vez mais sólido. No entanto, sempre houve dificuldade em encontrar pessoas interessadas nesse tipo de instituição. Por consequência, a falta de participação leva a um fator determinante: poucos decidem e levam adiante suas particularidades. As ideologias existem, cada partido tem sua identidade e suas características. Porém, a identificação ideológica foi trocada por reconhecimento pessoal. É raro perceber cidadãos comprometidos com organizações partidárias e estão cada vez mais visíveis conexões personalizadas entre eleitores e candidatos.

Nesse sentido, é interessante destacar que há inúmeras razões que levam diversos autores a oscilarem entre abordagens que destacam os partidos como fortes ou fracos. É perceptível que tais meios de representação passam por ciclos, onde se encontram em situações de fragilidade e fortaleza. Isto está enraizado na história política do Brasil. Diversos tipos de sistemas, regimes e governos. Períodos separados por extremidades democráticas e autoritárias. A quantidade de fatos específicos ocorridos no país proporcionam variadas mudanças e o conhecimento destas modificações conduz ao entendimento do contexto em que se vive hoje.

A proposta de um debate conceitual sobre os partidos políticos disponibiliza a retomada de questões importantes para observar a conjuntura política atual. A ideia de trazer uma discussão teórica sobre o surgimento dos mesmos vislumbra um viés diferente do que é visto no momento. Hoje em dia, observa-se partidos e candidatos com um significado distinto do seu surgimento. Parece que a intenção inicial de representatividade política vinculada aos partidos se perdeu com o tempo e está cada vez mais difícil de recuperá-la.

Referências

- DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S. A., 1987.
- FLEISCHER, D. Os partidos políticos. 1997. In. AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- KINZO, M. D'A. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice/Idesp, 1988.
- KINZO, M. D'A. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 19 n. 54, 2004.

- KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 7. Tradução de Paulo Peres. Brasília, 2012
- LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática**: o caso brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Rio de Janeiro: FGV.
- MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais, 1995.
- MELO, C. R. Nem tanto ao mar nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. **A democracia brasileira**: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985 – 1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MICHELS, R. **Os partidos políticos**. São Paulo: Editora Senzala, 1970.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PITKIN, H. F. Representation. Atherton Press, New York, 1969. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. **Política e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- RIBEIRO, P. F. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 10. Brasília, 2013.
- RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- SANTOS, A. M. dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 16 n. 45, 2001.
- SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed Universidade de Brasília, 1982.

Recebido em: 14.08.2018

Aprovado em: 19.02.2019